

**Transbrasiana Concessionária
de Rodovia S.A.**

**Demonstrações Financeiras elaboradas
de acordo com as normas internacionais
de relatórios financeiros (IFRS)**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações Financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e de 2014	12

Relatório dos auditores independentes

Aos:
Administradores e Acionistas da
Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A.
Lins – SP

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

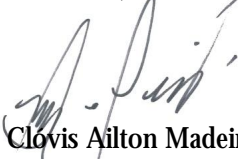
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 24 de março de 2015.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2016.



Clovis Ailton Madeira
Contador CRC 1SP-106.895/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.596	20.825
Aplicações financeiras	5	6.929	6.249
Contas a receber	6	8.037	5.014
Despesas pagas antecipadamente		134	80
Impostos a recuperar		1.199	1.335
Outros créditos		1.297	920
Total do ativo circulante		<u>20.192</u>	<u>34.423</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais		3.138	2.916
Imobilizado	8	4.843	789
Intangível	9	510.756	433.811
Total do ativo não circulante		<u>518.737</u>	<u>437.516</u>
Total do ativo		<u>538.929</u>	<u>471.939</u>

Passivo	Notas	2015	2014
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	21.467	43.908
Debêntures	11	70.063	70.347
Fornecedores	12	36.299	24.025
Obrigações tributárias		3.191	1.053
Parcelamento tributário		789	642
Obrigações sociais		1.316	1.335
Provisão para manutenção	13	-	9.165
Partes relacionadas	7	31.838	-
Dividendos a pagar		1.261	-
Contas a pagar		1.286	733
Total do passivo circulante		167.510	151.208
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	184.412	170.366
Parcelamento tributário		1.578	1.925
Provisão para manutenção	13	10.372	13.089
Partes relacionadas	7	34.183	-
Tributos diferidos	14 a	1.383	121
Provisão para demandas judiciais	15	744	1.072
Contas a pagar		9.140	8.599
Total do passivo não circulante		241.812	195.172
Patrimônio Líquido			
	16		
Capital social		124.621	124.621
Reserva legal		265	938
Lucros acumulados		4.721	-
Total do patrimônio líquido		129.607	125.559
Total do passivo e patrimônio líquido		538.929	471.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional bruta			
Arrecadação de pedágios		93.270	96.640
Receitas de construção - ativos da concessão		93.633	91.304
Outras receitas		4.083	1.356
		190.986	189.300
Deduções da receita bruta		(8.269)	(8.363)
Receita operacional líquida	17	182.717	180.937
Custos			
Custo operacional		(37.400)	(66.835)
Custo de construção – ativos da concessão		(93.633)	(91.304)
	18	(131.033)	(158.139)
Lucro bruto		51.864	22.798
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(12.981)	(19.956)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		38.703	2.842
Receita financeira		1.254	1.546
Despesa financeira		(32.997)	(23.247)
Resultado financeiro líquido	19	(31.743)	(21.701)
Resultado antes dos tributos		6.960	(18.859)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14 b	(388)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 b	(1.263)	3.789
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		5.309	(15.070)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação em reais - R\$	20	0,02287	(0,06491)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	5.309	(15.070)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>5.309</u>	<u>(15.070)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros			(Prejuízos) lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2014		124.621	1.050	14.958	-	140.629
Prejuízo do exercício		-	-	-	(15.070)	(15.070)
<i>Destinação:</i>						-
Absorção do prejuízo do exercício nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76		-	(1.050)	(14.020)	15.070	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		124.621	-	938	-	125.559
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.309	5.309
Destinação do Lucro:	15					
Reserva legal		-	265	-	(265)	-
Constituição de dividendos a pagar		-	-	-	(1.261)	(1.261)
Constituição de reserva de lucros		-	-	3.783	(3.783)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		124.621	265	4.721	-	129.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>5.309</u>	<u>(15.070)</u>
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais	<u>32.001</u>	45.707
Amortização e depreciação	16.176	13.555
(Reversão) Aumento da provisão para manutenção	(11.882)	15.666
(Reversão) da provisão para demandas judiciais	(328)	(112)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	27.478	20.387
Baixa do ativo imobilizado	70	-
Rendimento aplicação financeira	(1.164)	-
Imposto de renda e contribuição social	1.651	(3.789)
(Redução) aumento no ativo:	<u>(3.538)</u>	(3.598)
Contas a receber	(3.023)	(574)
Despesas pagas antecipadamente	(54)	7
Outros créditos	(239)	(609)
Depósitos judiciais	(222)	(2.422)
Aumento (redução) no passivo:	<u>7.072</u>	(17.835)
Fornecedores	12.274	(9.909)
Obrigações tributárias	2.138	(8)
Parcelamento tributário	(198)	(641)
Obrigações sociais	(18)	(1.346)
Partes relacionadas	21.303	-
Contas a pagar	1.094	9.198
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(29.521)	(15.129)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>40.844</u>	<u>9.204</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(10.530)	(629)
Resgate de aplicações financeiras	11.013	1.256
Aquisição de imobilizado	(3.612)	(218)
Adição ao intangível	(93.633)	(79.759)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	<u>(96.762)</u>	<u>(79.350)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	29.605	97.153
Captações de mútuo com partes relacionadas	44.718	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(36.634)	(12.574)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	<u>37.689</u>	<u>84.579</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.229)</u>	14.433
Saldo inicial de caixa e equivalente	20.825	6.392
Saldo final de caixa e equivalente	2.596	20.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas	191.091	189.300
Arrecadação de pedágios	93.270	96.640
Receitas de construção - ativos da concessão	93.633	91.304
Outras receitas	4.188	1.356
Insumos adquiridos de terceiros	(111.496)	(151.708)
Custos serviços prestados	(23.940)	(27.232)
Custo de construção – ativos da concessão	(93.633)	(91.304)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	6.077	(33.172)
Valor adicionado bruto	79.595	37.592
Retenções	(16.176)	(13.596)
Depreciação e Amortização	(16.176)	(13.596)
Valor adicionado líquido	63.419	23.996
Valor recebido em transferência	1.254	1.546
Receitas financeiras	1.254	1.546
Valor adicionado total a distribuir	64.673	25.542
Distribuição do valor adicionado	(64.673)	(25.542)
A – Pessoal e encargos	13.452	9.881
Remuneração direta	10.068	7.245
Benefícios	2.716	2.024
F.G.T.S.	621	544
Outros	47	68
B - Impostos, taxas e contribuições	12.729	6.305
Federais	8.181	1.539
Estaduais	32	23
Municipais	4.516	4.743
C - Remuneração de capitais de terceiros	33.183	24.426
Juros	27.804	22.888
Alugueis	613	1.176
Outras	4.765	362
D - Remunerações de capital próprio	5.309	(15.070)
Lucros (prejuízos) retidos	5.309	(15.070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), é uma Sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007 por meio da Resolução nº 2479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 a Rodovia BR-153/SP para consórcio BRVias. Em 13 de fevereiro de 2008 por meio da Resolução nº 2537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do contrato de concessão.

Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Em 17 de setembro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A firmou contrato de compra e venda de ações, por meio de sua controlada Dable Participações Ltda, para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da BRVias Holding TBR S/A, detentora de 100% (cem por cento) do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A ("Companhia"), por meio do qual foram estabelecidas diversas condições precedentes para a efetivação do negócio, dentre elas a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico ("CADE") realizado em 17 de outubro de 2014.

Em 05 de janeiro de 2015, as Partes concluíram o negócio através do cumprimento das referidas condições, sendo que na mesma data foi alterado o controle acionário indireto da Companhia, bem como os seus administradores.

O novo acionista se comprometeu a continuar oferecendo o suporte financeiro necessário para a manutenção das operações em linha com o planejamento do negócio e portanto não é intenção da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A descontinuar a operação da subsidiária Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A..

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível; provisão para manutenção dos ativos de concessão; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme Instrução CVM nº 475/08.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 05 de fevereiro de 2016.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

2.2.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos,

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo ou se forem instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

2.2.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.4 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.2.5 Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados que possam vir a ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social – Não Cumulativa	7,60%
PIS – Programa de Integração Social - Cumulativa	0,65%
PIS – Programa de Integração Social - Não Cumulativa	1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00% à 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

2.2.6 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em linha com as IFRS (IAS 07). As demonstrações do valor adicionado, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA, foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.2.8 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção dos ativos de concessão

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.2.10 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, que podem ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)**

O IASB divulgou o IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018, podendo ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	120	120
Bancos conta movimento	2.476	3.224
Aplicações financeiras (i)	-	17.481
	<u>2.596</u>	<u>20.825</u>

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remuneradas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) e que foram utilizadas na operação da Companhia.

5. Aplicações financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras	<u>6.929</u>	<u>6.249</u>
	<u>6.929</u>	<u>6.249</u>

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, vide maiores detalhes na nota explicativa nº 10 (i).

6. Contas a receber

Descrição	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pedágio eletrônico	4.162	4.303
Noroestecom (receitas acessórias)	2.631	-
Visa - vale-pedágio	438	310
Brinks (valores em trânsito)	505	324
Dbtrans	152	69
Outros	149	8
Total	<u>8.037</u>	<u>5.014</u>

As contas a receber da Companhia não apresentam montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

7. Partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Descrição	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diretores	<u>1.841</u>	<u>35</u>

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, sua Controlada e seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas--Continuação

	Nota	Saldo em aberto em		Valor da transação para o exercício encerrado	
		2015	2014	2015	2014
Passivo					
BRVias S.A	(i)	-	-	-	(1.445)
Noroestecom Telecomunicações Ltda.	(i)	-	1	-	(151)
Splice Ind e Com de Serviços	(ii)	-	-	-	(50)
Conservação Sorocabana Ltda.	(iii)	-	-	-	(28)
Bárbara Obras e Edificações	(iii)	-	-	-	(471)
Marília Transportes	(iv)	-	-	-	(36)
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iv)	-	47	-	(573)
Avine Engenharia Ltda. EPP	(v)	-	-	-	(361)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	-	(76)
Patrimony Administradora de bens S.A.	(vii)	-	-	-	-
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(viii)	49.833	-	-	-
Maestra Navegação e Logística S.A.	(x)	16.188	-	(7.967)	-
		66.021	48	(7.967)	(3.191)
<i>Debêntures privadas</i>					
BRVias S.A. (Nota explicativa nº 10)	(ix)	70.063	70.347	(7.967)	(2.561)

- (i) Serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros serviços pagos pela Companhia, além dos serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviço Compartilhado - CSC;
- (ii) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iv) Atividades auxiliares de transportes terrestres e de pessoal;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Trata-se de emissão de debêntures privadas no qual são remuneradas em 101% da CDI;
- (viii) Trata-se do contrato de mútuo firmado entre as partes relacionadas no qual são remuneradas 102% CDI com vencimento para março, abril, junho de 2016 e julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2017, no montante de R\$ 49.833 e valores pagos pela Triunfo Participações e Investimentos S.A e que serão reembolsados pela Transbrasiliana no valor de R\$ 2.732, totalizando R\$ 49.833 em aberto.
- (ix) Trata-se de emissão de debêntures privadas no qual são remuneradas em 102% da CDI;
- (x) Trata-se do contrato de prestação de serviço entre as partes relacionadas, referente a elaboração de Projetos Executivos de Engenharia.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação o	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	20	2.267	(1.594)	673	208
Máquinas e equipamentos	10	996	(190)	806	356
Móveis e utensílios	10	738	(322)	416	207
Veículos	5	4.839	(2.553)	2.286	-
Outros	10 a 20	697	(35)	662	18
		9.537	(4.694)	4.843	789

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

a) Movimentação

	2015				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Custo					
Computadores e periféricos	1.711	599	-	(43)	2.267
Máquinas e equipamentos	544	407	-	45	996
Móveis e utensílios	540	193	-	5	738
Veículos	-	1.775	(143)	3.207	4.839
Outros	61	638	-	(2)	697
	2.856	3.612	(143)	3.212	9.537
Depreciação					
Computadores e periféricos	(1.503)	(134)	-	43	(1.594)
Máquinas e equipamentos	(188)	(81)	-	79	(190)
Móveis e utensílios	(333)	(69)	-	80	(322)
Veículos	-	(535)	73	(2.091)	(2.553)
Outros	(43)	(22)	-	30	(35)
	(2.067)	(841)	73	(1.859)	(4.694)
Líquido	789	2.771	(70)	1.353	4.843

	2014			
	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Custo				
Computadores e periféricos	1.720	128	(137)	1.711
Máquinas e equipamentos	695	70	(221)	544
Móveis e utensílios	702	20	(182)	540
Outros	158	-	(97)	61
	3.275	218	(637)	2.856
Depreciação				
Computadores e periféricos	(1.403)	(100)	-	(1.503)
Máquinas e equipamentos	(114)	(74)	-	(188)
Móveis e utensílios	(285)	(48)	-	(333)
Outros	(38)	(5)	-	(43)
	(1.840)	(227)	-	(2.067)
Líquido	1.435	(9)	(637)	789

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

a) Composição

	31/12/2015			31/12/2014
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Recuperação da rodovia (iii)	446.793	(54.228)	392.565	383.749
Operação da Rodovia (i) / Melhoramentos (ii)	63.409	(2.689)	60.720	50.062
Intangível em andamento	57.471	-	57.471	-
	567.673	(56.917)	510.756	433.811

- (i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por ex. implantação dos sistemas operacionais e pela capitalização ao intangível dos serviços de terceiros contratados pela TPI - Triunfo e posteriormente faturados à Companhia referentes a assessoria financeira (modelagem financeira da concessão), consultorias técnicas e análise de engenharia da pavimentação de todo o trecho da concessão no montante de R\$ 6.165. Gastos esses que foram essenciais para a administração da Companhia dar sequência a operação e a programação do cronograma de investimentos em CAPEX para o prazo total da concessão.
- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER) e pelos juros capitalizados no montante total de R\$ 15.939.
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.

b) Movimentação

	2015				31/12/2015
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Recuperação da rodovia	424.488	18.606	-	3.699	446.793
Operação da Rodovia / Melhoramentos	52.764	8.386	-	2.259	63.409
Intangível em andamento	-	66.641	-	(9.170)	57.471
	477.252	93.633	-	(3.212)	567.673
Amortização					
Recuperação da rodovia	(40.739)	(13.489)	-	-	(54.228)
Operação da rodovia / Melhoramentos	(2.702)	(1.846)	-	1.859	(2.689)
Intangível em andamento	-	-	-	-	-
	(43.441)	(15.335)	-	1.859	(56.917)
Líquido	433.811	78.298	-	(1.353)	510.756
	2014				31/12/2014
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Recuperação da rodovia	315.341	80.380	-	28.767	424.488
Operação da Rodovia / Melhoramentos	51.953	811	-	-	52.764
Intangível em andamento	18.655	10.112	-	(28.767)	-
	385.949	91.303	-	-	477.252
Depreciação					
Recuperação da rodovia	(2.464)	(563)	-	-	(3.027)
Operação da Rodovia / Melhoramentos	(27.647)	(12.767)	-	-	(40.414)
Intangível em andamento	-	-	-	-	-
	(30.111)	(13.330)	-	-	(43.441)
Líquido	355.838	77.973	-	-	433.811

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

10. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurados pelo custo amortizado.

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	2015	2014
Finem - BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	199.053	182.617
Finame - BNDES (ii)	1,90% a 4,50%	TJLP	2016	832	1.853
Finame - BNDES	2,50%	-	2019	39	88
Leasing	11,26%	-	2015 - 2016	1.006	62
Nota de crédito	3,00%	CDI	2014	4.949	29.654
Total				205.879	214.274
Circulante				21.467	43.908
Não circulante				184.412	170.366

- (i) Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 272.231. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral.
- (ii) Em 27 de dezembro de 2012, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 2.992. Sobre o principal da dívida incidem juros de 1,90% a 4,50% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral.
Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade FINAME para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;

A amortização do principal do empréstimo junto ao BNDES será em 144 prestações mensais, sendo este dividido em quatro subcréditos e iniciados em 15 de dezembro de 2010, 15 de fevereiro de 2012, 15 de fevereiro de 2014 e 15 de fevereiro de 2016.

Durante o exercício de 2010 foram liberados os montantes de R\$ 92.297, referente ao primeiro subcrédito e R\$ 6.300, referente ao segundo subcrédito, respectivamente. No exercício de 2011 foram liberados o montante de R\$20.000, referente ao segundo e terceiro subcréditos.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício de 2012 foram liberados o montante de R\$ 25.000, referente ao terceiro subcrédito.

Durante o exercício de 2013 foram liberados o montante de R\$ 42.102, referente ao segundo, terceiro e quarto subcréditos.

Em 2014 foram liberados o montante de R\$ 26.349 referente ao segundo, terceiro e quarto subcréditos.

Em 2015 foram liberados o montante de R\$ 29.605 referente ao segundo, terceiro e quarto subcréditos.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía R\$ 23.696 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R\$ 6.929 (nota explicativa nº 5);
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária.

As principais garantias e cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor supere o mínimo previsto em lei, quando a relação entre o patrimônio líquido/passivo total for inferior a 30% ou o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) for inferior a 1,3, até a completa realização do projeto financiado. Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercícios findos em dezembro de cada ano, caso houvesse distribuição de dividendos. Devido ao resultado apurado e a inexistência de distribuição de dividendos não há a necessidade de seu atendimento;
- Não contratar empréstimos e financiamentos, sem anuência do BNDES, cujo valor acumulado represente mais de 15% da receita bruta, excluindo do cômputo financiamentos cuja finalidade seja a aquisição de equipamentos para a operação da Companhia;
- Manter em conta reserva o equivalente a três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2015, possuem taxa média ponderada de 2,91% a.a + TJLP, sendo 9,91% a.a.

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R\$
2017	18.571
2018	20.423
2019	22.458
2020	24.695
2021 – 2028	98.265
	<hr/>
	184.412

11. Debêntures

<u>Tipo de operação</u>	<u>Taxa de juros a.a.</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Debêntures privada	102% do CDI	<u>70.063</u>	<u>70.347</u>

Em 31 de julho de 2014, a Companhia realizou a sétima emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 68.000. Foram subscritas até 31 de dezembro de 2014 a quantidade de 68.000.000 de debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1,00, com vencimento original em 13 de março de 2015. A liquidação das Debêntures está atrelada à liberação de uma nova Debêntures de Infraestrutura a ser emitida pela Companhia em 2016, estando a operação enquadrada pelo BNDES sendo que a Companhia já obteve seu enquadramento como prioritário no Ministério dos Transportes, conforme DOU publicado em 23/02/2015.

As Debêntures são atualizadas a 102% dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra* grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias.

O contrato acima descrito possui algumas obrigações, que caso não sejam atendidas em sua totalidade, permite o debenturista declarar o vencimento antecipado do contrato. O contrato não contém cláusulas de *covenants* financeiros a serem atendidos.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores diversos	21.918	13.073
Retenções (i)	14.381	10.952
	<u>36.299</u>	<u>24.025</u>

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

13. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para manutenção, quando aplicável, tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. Com a alteração do controle acionário indireto da Companhia para a TPI - Triunfo, e também de seus administradores, foi possível através desses, repassar a expertise do grupo em concessões de rodovias para a Companhia, que através de uma tecnologia inovadora na execução de serviços de engenharia, por meio da avaliação digital da condição atual dos pavimentos, análise de dados e definição das intervenções considerando o atendimento aos índices de desempenho estipulados pôde revisar o cronograma de intervenções com base nas obras finalizadas, concluindo desta forma para a reversão parcial da provisão para manutenção no período. O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

Descrição	2015	2014
Provisão para manutenção – Circulante	-	9.165
Provisão para manutenção - Não circulante	10.372	13.089
Total	<u>10.372</u>	<u>22.254</u>
Resumo da movimentação	2015	2014
Saldo inicial	22.254	6.588
Adições	5.919	15.666
Reversões	(17.801)	-
Saldo final	<u>10.372</u>	<u>22.254</u>

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

14a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, líquido dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, conforme demonstrado:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<i>Ativo</i>		
Prejuízo fiscal e base negativa	8.168	6.299
Provisão para manutenção	3.526	7.567
Provisão para contingências	253	-
	<u>11.947</u>	<u>13.866</u>
<i>Passivo</i>		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(13.073)	(13.689)
Custos dos empréstimos	(257)	(298)
	<u>(13.330)</u>	<u>(13.987)</u>
	<u>(1.383)</u>	<u>(121)</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>Saldo em dezembro de 2014</u>	<u>Reconhecidos no resultado do exercício</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2015</u>
Ativo			
Prejuízo fiscal - IR/CS	6.299	1.869	8.168
Provisão para manutenção	7.567	(4.040)	3.526
Provisão para contingência	-	253	253
Passivo			
Custos dos empréstimos	(298)	40	(257)
Intangíveis- IR/CS	(13.689)	616	(13.073)
Total líquido	<u>(121)</u>	<u>(1.263)</u>	<u>(1.383)</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$24.024. A expectativa de utilização desses saldos por parte da Companhia encontra-se abaixo demonstrada:

Ano	
2016	-
2017	-
2018	-
2019	840
2020	956
2021	1.713
2022 em diante	4.659
Total	<u>8.168</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

14b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.960	(18.859)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto à alíquota nominal	(2.366)	6.412
(+) Adições permanentes	(73)	(131)
(-) Exclusões permanentes	-	-
(+) Crédito de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos	-	-
(+) Ajuste decorrente de diferenças temporárias	788	(2.492)
Compensação de 30% com base negativa e prejuízo fiscal	-	-
Outros	-	-
	(1.651)	3.789
Imposto de renda e contribuição social correntes	(388)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.263)	3.789
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.651)	3.789
Alíquota efetiva	24%	20%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o Lucro Real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

Em 31 de dezembro de 2015, está provisionado o montante de R\$ 744 (R\$ 1.072 em 31 de dezembro de 2014), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 1º de janeiro de 2015	350	722	1.072
Adições	-	189	189
Reversões	(29)	(488)	(517)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	321	423	744

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de pedido de causa de R\$ 14.380 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 15.913 em 2014).

	2015		2014	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	66	5.604	62	14.562
Trabalhistas	78	8.776	29	1.351
Total		<u>14.380</u>		<u>15.913</u>

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade civil com o valor máximo de indenização de R\$ 10.000 (nota explicativa nº 22).

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia era de R\$ 124.621, totalmente integralizado, e está representado por 232.157.107 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 210.000.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Em 31 de dezembro de 2014, as reservas legal e de lucros retidos foram transferidas para absorver prejuízos acumulados nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76.

Os Dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.309	(15.070)
(-) Constituição da reserva legal	(265)	-
(=) Base para constituição de dividendos mínimos obrigatórios	5.044	-
(=) <i>Dividendos constituídos (25%)</i>	<u>(1.261)</u>	-
(-) <i>Dividendos distribuídos</i>	-	-
(=) <i>Dividendos a pagar</i>	<u>(1.261)</u>	<u>-</u>

Conforme comentado na nota explicativa nº 10, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório se não atender as exigências do contrato.

17. Receita operacional líquida

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de pedágios	93.270	96.640
Receitas acessórias	4.083	1.356
Receita de construção – ativos da concessão	93.633	91.304
Tributos incidentes	<u>(8.269)</u>	<u>(8.363)</u>
	<u>182.717</u>	<u>180.937</u>

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Gastos por natureza

A seguir a composição das despesas por natureza:

	2015	2014
<i>Custo operacional</i>		
Custo de contrato concessão	4.055	2.709
Provisão (Reversão) de manutenção	(14.535)	16.388
Custo de Construção	93.633	91.304
Serviços de terceiros	17.370	18.954
Custo com pessoal	9.377	9.908
Depreciação e Amortização	16.176	13.596
Outros	4.957	5.280
	131.033	158.139
<i>Despesas administrativas</i>		
Custo com pessoal	6.425	1.684
Serviços de terceiros	3.708	5.569
Material, equipamentos e veículos	959	820
Multas Administrativas	-	9.345
Despesas Gerais	1.889	2.538
	12.981	19.956

19. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram:

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.164	1.536
Outros	90	10
Total receitas financeiras	1.254	1.546
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(27.794)	(21.309)
Outras	(5.203)	(1.938)
Total despesas financeiras	(32.997)	(23.247)
Resultado financeiro líquido	(31.743)	(21.701)

20. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/ IAS 33 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

<u>Exercício findo em</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Quantidade ponderada de ações</u>	<u>Resultado por ação básico e diluído - R\$ - expresso em Reais</u>
31/12/2014	(15.070)	232.157.107	(0,06491)
31/12/2015	5.309	232.157.107	0,02287

21. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

	Nota	2015	
		Valor contábil	Valor Justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.596	2.596
Aplicações financeiras	5	6.929	6.929
Contas a receber de clientes	6	8.037	8.037
Impostos a recuperar		1.199	1.199
Outros créditos		1.297	1.297
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	10	205.879	205.879
Debêntures	11	70.063	70.063
Fornecedores	12	36.299	36.299
Partes relacionadas	7	66.021	66.021
		2014	
	Nota	Valor contábil	Valor Justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.825	20.825
Aplicações financeiras	6	6.249	6.249
Contas a receber de clientes	7	5.014	5.014
Impostos a recuperar		1.335	1.335
Outros créditos		920	920
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	10	214.274	214.274
Debêntures	11	70.347	70.347
Fornecedores	12	24.025	24.025

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2015.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez;

Risco de mercado; e

Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31 de dezembro 2015	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	2016	2017	2018 em diante
Empréstimos e financiamentos	205.879	301.821	35.237	34.189	232.395
Debêntures	70.063	70.212	70.212	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	100.732	100.732	100.732	-	-
	<u>376.674</u>	<u>472.765</u>	<u>206.181</u>	<u>34.189</u>	<u>232.395</u>
Em 31 de dezembro 2014	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual	2015	2016	2017 em diante
Empréstimos e financiamentos	214.274	298.218	58.374	28.946	210.898
Debêntures	70.347	70.826	70.826	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	24.758	24.758	24.758	-	-
	<u>309.379</u>	<u>393.802</u>	<u>153.958</u>	<u>28.946</u>	<u>210.898</u>

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

(iii) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		Valor contábil	
		2015	2014
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		1.045	150
	Risco	Valor contábil	
		2015	2014
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	4.949	29.655
Empréstimos e financiamentos	TJLP	199.885	184.470
Debêntures	CDI	70.063	70.347

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Perfil--Continuação

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2015.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2015	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Empréstimos e financiamentos	1.045	Aumento CDI	14,14	14,14	(148)	17,68	(184)	21,21	(221)
Empréstimos e financiamentos	199.885	Aumento TJLP	7,0	7,0	(13.992)	8,75	(17.490)	10,50	(20.988)
Debêntures	70.063	Aumento CDI	14,14	14,14	(9.906)	17,68	(12.387)	21,21	(14.860)
Total dos passivos financeiros	270.993	***	***	***	(24.046)	***	(30.061)	***	(36.069)

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Perfil--Continuação

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado às estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agencia Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

(iv) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

Perfil--Continuação

(iv) Risco de crédito--Continuação

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir, tendo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como favorecida:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R\$
Responsabilidade civil	Fevereiro/2015 a Fevereiro/2016	10.000
Engenharia	Fevereiro/2015 a Fevereiro/2016	42.471
Operacionais	Fevereiro/2015 a Fevereiro/2016	26.000

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

23. Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

25. Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos na Concorrência para Concessão Rodoviária edital nº 005/07. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento a título de verba de fiscalização para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no montante anual de R\$ 2.996. O valor será corrigido com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Durante o período foi pago R\$ 2.772.

Estes compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2015, estão assim distribuídos:

<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>
2016	2.996
2017	2.996
2018 a 2033	41.951

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia)

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2015, dos gastos a serem realizados até o prazo final da concessão totalizam R\$ 362.616, demonstrados conforme abertura abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2016	50.623
2017	17.015
2018	71.795
2019	8.049
2020	34.163
2021 até 2032	180.971
	362.616